



**Aeroportos Brasil Viracopos S.A.**  
CNPJ nº 14.522.178/0001-07

**Demonstrações Financeiras 2023**

**Relatório da Administração**

Relatório da Administração  
Exercício de 2023  
Campinas, 22 de março de 2024

Senhores Acionistas, A Administração da Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. (“ABV”, “Companhia” ou “Concessionária”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

**Mensagem da Administração**

Em 2023, nosso negócio de passageiros teve um ano muito positivo. Estabelecemos um novo recorde anual de passageiros processados, com 12.524.219 pessoas embarcando ou desembarcando pelo nosso Terminal, um número 5,75% superior ao número registrado no ano de 2022 (11,8 milhões), que era o recorde anterior. É como se todos os habitantes de Campinas tivessem passado aproximadamente dez vezes pelo aeroporto ao longo do ano passado, já que a população estimada da cidade é de 1,2 milhão de pessoas, segundo o IBGE.

Com voos diários de chegada e partida para Fort Lauderdale (EUA), Orlando (EUA), Lisboa (POR) e Paris (FRA), também estabelecemos um novo recorde de passageiros internacionais. Pela primeira vez em sua história, o Aeroporto de Viracopos encerrou um ano com mais de 1 milhão de passageiros transportados.

Foram 1.068.500 passageiros ante 721.770 de 2022, resultando em uma representativa alta de 48,04%. Fomos novamente eleitos o Melhor Aeroporto do Brasil na categoria acima de 10 milhões de passageiros/ano em pesquisa de satisfação de passageiros realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC). Esta foi a quarta vez que Viracopos conquistou o título anual, sendo agora o maior vencedor da história do Prêmio +Brasil, que é realizado pelo Governo Federal desde o início das concessões, em 2013.

Ficamos também na 8ª posição entre os aeroportos mais pontuais do mundo em 2023, na categoria porte médio, que compreende uma movimentação entre 10 milhões e 15 milhões de passageiros/ano, no levantamento 2023 *On-Time Performance*, realizado pela empresa especializada em análise de dados da aviação global Cirium, em que foram analisadas centenas de terminais em todo o mundo.

Fomos premiados com prata no *US Customer Experience Awards 2023*, na categoria “Cultura Centrada no Cliente”, que busca reconhecer as empresas que se dedicam a criar uma consistente e abrangente cultura interna à organização que promove excelência nos seus serviços, visando a satisfação de seus clientes. Nesta última etapa, Viracopos concorreu com outros três finalistas, sendo o único aeroporto entre eles.

Recebemos, ainda, duas certificações no *Experience Awards*, que tem o objetivo de reconhecer as empresas com o melhor *Net Promoter Score* (NPS) do Brasil em seus segmentos. A ABV alcançou o NPS acima da média nacional dos aeroportos brasileiros e foi certificada com dois selos: “*Experience Certified*” (B2B) e “*O Cliente Recomenda*” (B2C). No segmento da aviação, 30 aeroportos foram recomendados, mas apenas 13 deles obtiveram o NPS acima da média e foram certificados.

Nosso negócio de cargas, no entanto, sofreu com as incertezas econômicas, taxas de juros elevadas, conflitos geopolíticos, alto preço do QAV e a normalização do frete marítimo. O volume total de cargas movimentadas no nosso terminal caiu 16%, sendo que o volume de cargas importadas caiu 24%, em linha com a queda de 22,15% do volume total de cargas importadas pelo Brasil no modal aéreo, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

O valor CIF em US\$ das cargas importadas tarifadas em VCP em 2023 teve redução de 31,75%, enquanto o dólar médio ano contra ano teve queda de quase 20%.

Com isso, fechamos o ano com uma receita bruta de R\$ 960.010, uma queda de 15,72% frente à receita bruta de 2022 quando expurgado o efeito da Contribuição Mensal. A receita de cargas somou R\$ 542.978 (-30,73% na variação anual sem CM), as receitas aeroportuárias somaram R\$ 222.208 (+13,14% ante 2022 sem CM), ao passo que as receitas comerciais fecharam o ano em R\$ 194.824 (+22,69% ante 2022 sem CM). Nossos custos e despesas gerenciáveis ficaram 4,09% abaixo do orçamento de 2023 e 9,9% acima do que incorremos em 2022.

Registramos um EBITDA de R\$ 485,5 milhões e uma margem EBITDA de 58,15%. Incorporando os efeitos do resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, apuramos um prejuízo líquido de R\$ 192 milhões, revertendo o lucro de R\$ 45 milhões apurado em 2022.

Importante registrar que este prejuízo contábil foi severamente impactado pelos efeitos advindos da discussão com o Poder Concedente sobre o contrato de concessão. A Companhia possui uma arbitragem contra a ANAC, em que reclama indenização por três pleitos de equilíbrio, cujos efeitos passados somam, aproximadamente, R\$ 4 bilhões, o que é mais do que suficiente para saldar todo o valor devido ao Poder Concedente. Contudo, devido às regras contábeis, a Companhia não pode nem registrar o valor dos pleitos (ativo), nem baixar as outorgas (passivo), ficando no pior dos cenários. Em função disto, em 2023, foram registrados os encargos moratórios incidentes sobre o total de outorgas vencidas e não pagas, que montaram a R\$ 232 milhões, que, de outra forma, não seriam reconhecidos, fazendo com que o resultado do exercício fosse um lucro de R\$ 40 milhões.

Adicionalmente, considerando que a Companhia está em regime de relicitação, esta entende que não é adequado recompor o total de outorgas a vencer de 2024 a 2042 a valor presente, na medida em que só serão devidas outorgas enquanto a Companhia permanecer operando o aeroporto. Assim, no ano de 2023, não foram registradas despesas financeiras sobre este montante.

A despeito do prejuízo registrado, em 2023, fomos continuada a projetos de melhorias e ampliações no Aeroporto. Com um investimento de R\$ 22,5 milhões, recuperamos a capacidade funcional do pavimento flexível em uma extensão área de 94.490 m², distribuída entre a pista de pouso e decolagem, especificamente o trecho entre as *taxiways F e E*; além das *taxiways A, B, C* (trecho entre *F e E*), *E, F, G* (trecho entre *taxiway B* e posição M08 – páio 3), *I e J*.

Investimos mais de R\$ 20 milhões na transformação do antigo terminal de passageiros em um novo terminal para cargas domésticas, que terá, nesta primeira fase, área de 15.000m² e deverá ser concluído no primeiro trimestre de 2024. Reformamos a estrutura da cobertura do Terminal de Cargas de Importação, além de dar início à execução do projeto de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB do Terminal de Cargas – TECA. Investimos ainda em novas empilhadeiras e equipamentos de inspeção de passageiros, bagagens e cargas.

Concluímos a implementação do sistema DAS (*Distributed Antenna System*) em parceria com empresa especializada em soluções de coberturas customizadas para ambientes fechados, eliminando áreas de sombra e garantindo sinal de telefonia celular com alta qualidade de voz e dados em todo o Terminal de Passageiros do aeroporto. Também implementamos uma solução tecnológica de “limpeza sob demanda” nos 44 banheiros do terminal de passageiros, que consiste no monitoramento dos sanitários por sensores que disparam alertas que indicam, em um painel, o momento adequado para as equipes de limpeza se deslocarem a cada local, implicando em melhoria de qualidade para o cliente e otimização de custos para a Concessionária.

Implementamos também o projeto-piloto “Status do Voo na Palma das Mãos”, em conjunto com uma startup de tecnologia, para oferecer uma nova comodidade aos passageiros que viajam pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, ao permitir que os viajantes acompanhem o status de seus voos diretamente em seus dispositivos móveis por meio do aplicativo WhatsApp, após escanearem gratuitamente um *QR Code* disponibilizado no aeroporto e digitarem os quatro números do voo. A partir desse momento, sempre que houver uma atualização sobre o status do voo pela empresa aérea, como atrasos nos voos ou alteração do portão de embarque, os passageiros receberão instantaneamente uma mensagem pelo WhatsApp com as informações mais recentes.

Adicionalmente, amortizamos voluntária e antecipadamente R\$ 137,3 milhões da nossa dívida financeira, reduzindo-a em 7,6%. Tal montante se soma a outros R\$ 314,7 milhões de serviço da dívida obrigatórios contratualmente, totalizando R\$ 452 milhões pagos aos financiadores em 2023.

Tudo isto foi feito sem esquecer das nossas obrigações com o meio ambiente, sociedade e melhores práticas de governança corporativa (ESG). Dentro das ações de sustentabilidade ambiental, realizamos a substituição de 307 luminárias convencionais por refletores com tecnologia LED no pátio de aeronaves e nas balizas da pista de pousos e decolagens. Com isso, o aeroporto vai deixar de emitir 44,4 toneladas de CO2 e deve reduzir em até 50% os custos anuais com energia elétrica nestes setores, em uma ação que tem o potencial de simultaneamente elevar os níveis de performance luminosa, segurança do trabalho, segurança da aviação civil, preservação ambiental e redução de custos operacionais. Promovemos um desafio sustentável entre as gerências da Companhia durante a 11ª Semana do Meio Ambiente e recolhemos 285 kg de tampinhas de plástico, que foram entregues à ONG Quem Ama Protege, em Campinas. O valor da venda das tampinhas será revertido em verba para a ONG, que atende animais abandonados.

Na frente social, a Companhia assinou, no dia 10 de julho, o termo de adesão ao projeto mundial “*Hidden Disabilities Sunflower Awareness*”, uma iniciativa colaborativa global que visa familiarizar as pessoas com as deficiências invisíveis e proporcionar uma jornada mais inclusiva aos passageiros que possuem algum tipo de deficiência oculta, como autismo, depressão, Alzheimer e TOC, entre outras. Uma das várias iniciativas para fazer com que o público em geral possa ter conhecimento dessas doenças e seja capaz de identificá-las, foi a criação de um cordão de crachá (*lançador*) com desenhos de girassóis, que se tornou o símbolo desta causa.

A ABV também reforçou sua parceria com o Ministério Público do Trabalho para desenvolver programas e campanhas de enfrentamento da exploração sexual e o tráfico de pessoas, em conjunto com o projeto-piloto *Childhood Brasil*, a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD e demais parceiros, tendo sido reconhecida, pela terceira vez, pelas boas práticas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes durante o 17º Encontro Anual Na Mão Certa, realizado no Teatro SESI (PIESP), em São Paulo.

Realizamos, em parceria com a EMODEC, um *Workshop* de “Melhores práticas de pilotagem preventiva e segurança no trânsito” para motociclistas, que foi ministrado pelo instrutor de pilotagem de motos e piloto profissional, Gustavo Ceccarelli. Esse curso intensivo teórico e prático foi feito com o objetivo de conscientizar a todos sobre a importância de preservar vidas no trânsito e assim garantir a segurança de todos.

Também fomos homenageados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos como empresa “Amiga de Campinas”, juntamente com outras companhias, instituições, voluntários e setores do poder público que apoiaram ações solidárias no município com fins sociais, como a Campanha do Agasalho, e a do Natal sem Fome e a do SOS Chuvas. Outro reconhecimento veio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, da Prefeitura de Campinas, que premiou a Concessionária, juntamente com outras 34 empresas, com o selo “Empresa Amiga da Primeira Infância”, por suas políticas voltadas para famílias com crianças de zero a seis anos de idade.

Na área de governança e *compliance*, mantivemos em funcionamento o Comitê de *Compliance*, Comitê de Ética e Sustentabilidade, Comitê de Gestão de Risco e de Segurança, bem como o Canal Confidencial de Ética e Denúncias. O funcionamento destes Comitês se soma à existência de um Manual de Governança Corporativa, que descreve os principais conceitos, princípios e procedimentos adotados pela concessionária para a identificação e avaliação de riscos incorridos nas atividades cotidianas, as atividades de controle necessárias, o monitoramento dos procedimentos e as práticas de informação e comunicação que a Companhia deve adotar relacionadas às boas práticas de Governança Corporativa. Adicionalmente a isto, temos o Código de Ética Empresarial, Código de Conduta para Colaboradores e Fornecedores, Procedimento de Compras de Bens, Materiais e Serviços e Protocolo de Práticas de Governança para Transações com Partes Relacionadas.

A Companhia conta, ainda, com um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal permanentes, além de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes. Conta também com uma assessoria de Auditoria Interna, que atua de forma independente na análise de processos administrativos e operacionais, buscando oportunidades de melhoria e mitigação de riscos de negócios.

Gostariamos de agradecer a confiança e o apoio dos nossos acionistas e conselheiros, bem como a dedicação, o profissionalismo e a valiosa contribuição de cada um de nossos colaboradores, a quem registramos nosso reconhecimento e sinceros agradecimentos, e sem o qual estes resultados memoráveis não teriam sido alcançados.

Em 2024, continuaremos a trabalhar com afinco na geração de valor para nossos acionistas, colaboradores e sociedade, bem como na busca incessante pela manutenção e melhoria do nível de excelência pelo qual o Aeroporto de Viracopos é hoje conhecido.

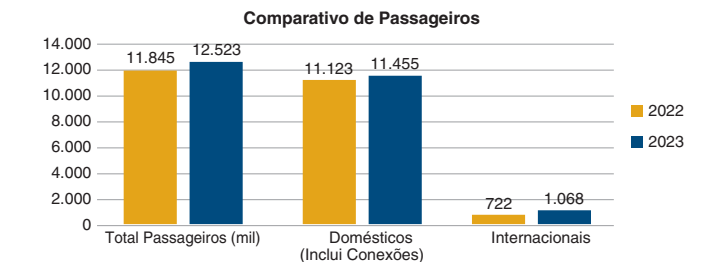
Atenciosamente,

*Diretoria Executiva*

**Desempenho Operacional**

**Passageiros**

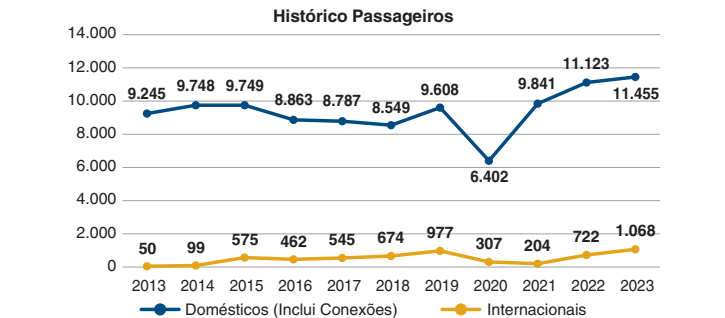
Em 2023, o Aeroporto Internacional de Viracopos estabeleceu novo recorde anual de movimentação de passageiros, com 12,5 milhões de pessoas embarcando ou desembarcando no terminal, superando em +5,75% o número de passageiros de 2022. É como se o total de habitantes de Campinas tivesse passado aproximadamente dez vezes pelo aeroporto ao longo do ano, já que a população estimada da cidade é de 1,2 milhão de pessoas, segundo o IBGE.



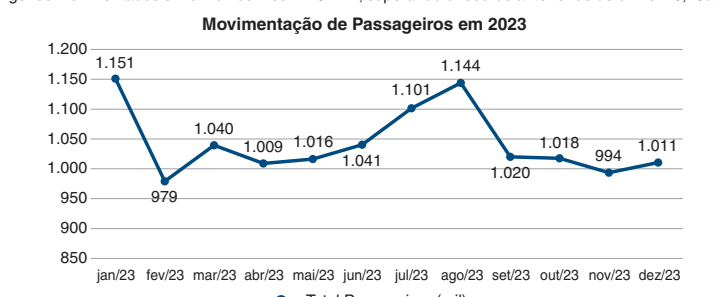
Ao longo de 2023, processamos 11,46 milhões de passageiros em voos domésticos, um crescimento de 2,98% sobre os 11,12 milhões de 2022.

Em voos internacionais, pela primeira vez na história, o Aeroporto de Viracopos processou mais de 1 milhão de passageiros. Foram 1,07 milhão de passageiros ante 722 mil de 2022, resultando em uma alta de 48,04% em relação ao ano anterior. O recorde anterior de movimentação anual de passageiros em voos para o exterior aconteceu em 2019, quando 977,5 mil passageiros embarcaram ou desembarcaram no terminal internacional de Viracopos.

Abaixo, a evolução anual dos passageiros domésticos e internacionais:

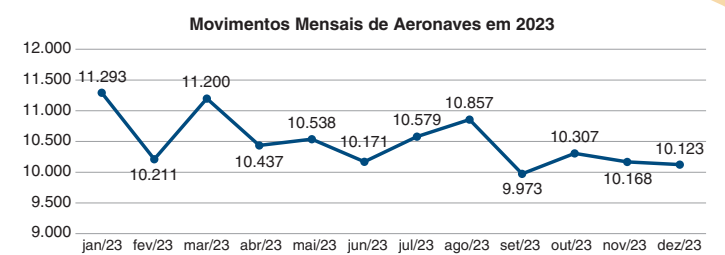
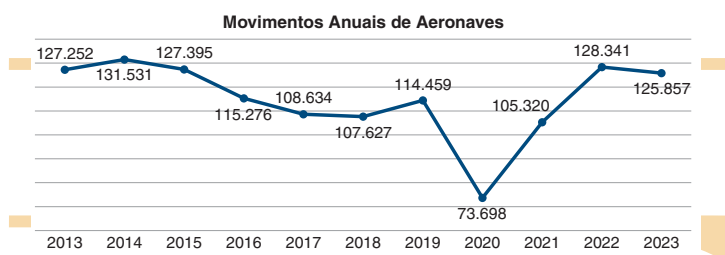


Adicionalmente, em janeiro de 2023, estabelecemos um novo recorde no volume de passageiros movimentados em um único mês: 1.151 mil, superando o recorde anterior de dez/22 em 6,18%.



**Movimentos de aeronaves**

No exercício de 2023, Viracopos registrou 125.857 movimentos de pousos e decolagens de aeronaves (*Aircraft Total Movement – ATM*), registrando um decréscimo de -1,94%, quando comparado aos 128.341 ATMs de 2022.

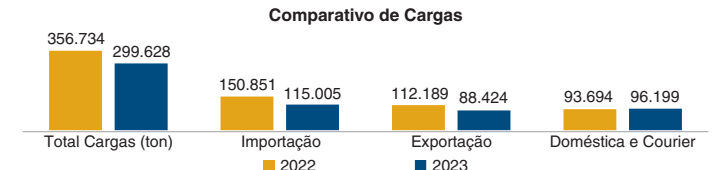


**Cargas**

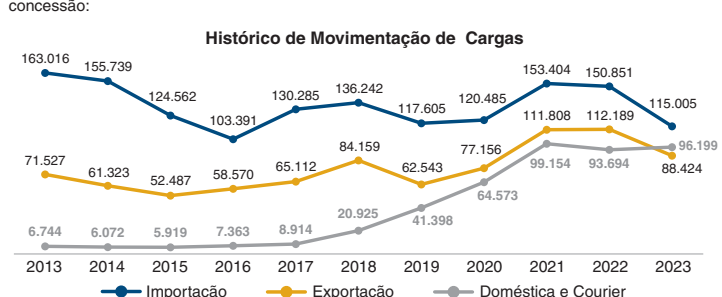
Em 2023, o volume de cargas processadas no Terminal de Cargas de Viracopos foi de 299.628 toneladas, frente às 356.734 toneladas processadas em 2022 (-16,01%).

Na importação, a queda foi de 23,76%, com 115.005 toneladas movimentadas contra 150.851 de 2022. Foram exportadas 88.424 toneladas em 2023, contra um volume de 112.189 toneladas em 2022 (-21,18%).

As cargas Courier e Doméstica, por sua vez, tiveram um aumento de +2,67%, com 96.199 toneladas ante as 93.694 toneladas de 2022.

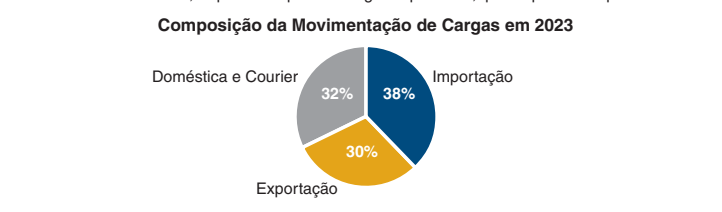


Apresentamos abaixo o histórico de movimentação de cargas ano a ano, desde o início da concessão:

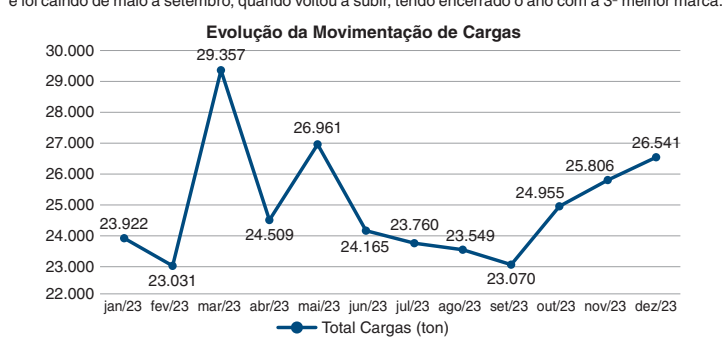


Pela primeira vez desde o início da concessão, o volume de cargas domésticas e courier (96.199 ton.) ultrapassou o de cargas exportadas (88.424 ton.), representando 32% do total de cargas movimentadas no ano de 2023, só perdendo para as cargas importadas, que responderam por 38% do total.

**Composição da Movimentação de Cargas em 2023**



Como pode ser visto abaixo, o volume mensal de cargas processadas teve um pico em março e foi caindo de maio a setembro, quando voltou a subir, tendo encerrado o ano com a 3ª melhor marca.



**Desempenho Econômico e Financeiro**

Os quadros abaixo mostram os resultados das principais contas da demonstração de resultado da Companhia (Consolidado) em 2023 e os compara com aqueles verificados em 2022.

Em janeiro de 2023, a Contribuição Mensal que a Companhia pagava ao Fundo Nacional de Aviação Civil foi extinta. Como consequência, as tarifas da Companhia foram diminuídas, de modo que o efeito líquido daí advindo fosse zero. Assim, para fins comparativos acrescentamos uma coluna com o resultado de 2022 Pro-Forma, retirando os efeitos da Contribuição Mensal, de modo a permitir a comparabilidade entre o resultado de 2023 com aquele do ano anterior.

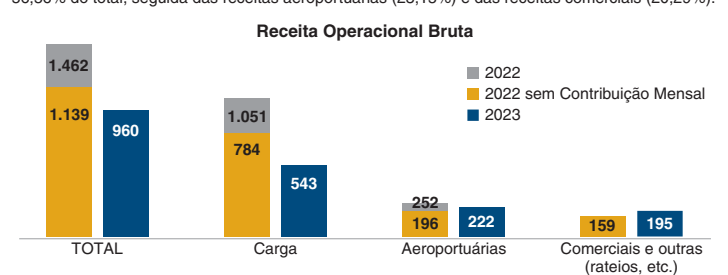
Principais indicadores (R\$ milhões)	2022	2022 Pro-Forma (Sem Cont. Mensal)	2023	Var. % sobre 2022	Var. % sobre 2022 Pro-Forma
Receita Operacional Bruta de Serviços	(+) 1.461,20	1.138,80	960,01	-34,30%	-15,70%
Receita de Construção – OCPC 05	(+) 55,14	55,14	60,01	8,84%	8,84%
Outras Receitas	(+) 0,29	0,29	1,27	343,76%	343,76%
<b>Receita Operacional Bruta Total</b>	<b>(=) 1.516,62</b>	<b>1.194,23</b>	<b>1.021,30</b>	<b>-32,66%</b>	<b>-14,48%</b>
Deduções (ISS/PIS/COFINS)	(-) (195,97)	(150,03)	(125,05)	-36,19%	-16,65%
Custos e Despesas Operacionais (*)	(-) (274,35)	(274,35)	(301,78)	10,00%	10,00%
Custos de Construção – OCPC 05	(-) (55,14)	(55,14)	(60,01)	8,84%	8,84%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(=) 991,17</b>	<b>714,71</b>	<b>534,45</b>	<b>-46,08%</b>	<b>-25,22%</b>
Contribuição Mensal	(-) (276,46)	0,00	(1,48)	-99,46%	N/A
Outorga Variável	(-) (57,36)	(57,36)	(47,61)	-16,99%	-16,99%
Depreciação e Amortização	(-) (169,67)	(169,67)	(247,94)	46,13%	46,13%
Provisão para <i>impairment</i>	(-) 191,57	191,57	0,00	-100,00%	-100,00%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(-) (634,05)</b>	<b>(634,05)</b>	<b>(429,54)</b>	<b>-32,26%</b>	<b>-32,26%</b>
Impostos (IRPJ e CSLL) diferidos	(+) 0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Lucro/(Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(=) 45,20</b>	<b>45,20</b>	<b>(192,11)</b>	<b>-525,04%</b>	<b>-525,04%</b>

(\*) Líquidos de créditos PIS/COFINS sobre insumos.

**Receitas**

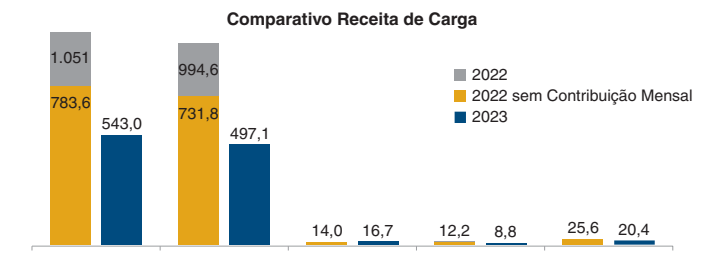
As receitas operacionais do exercício alcançaram R\$ 960 milhões, representando uma redução de 15,72% sobre o valor de 2022 sem Contribuição Mensal. Quando comparado com o valor efetivo de 2022, a variação foi de -34,34%.

O maior contribuidor para a receita de 2023 foram as receitas de carga, que representaram 56,56% do total, seguida das receitas aeroportuárias (23,15%) e das receitas comerciais (20,29%).



**Receita de Cargas**

A receita com operações de cargas experimentou uma redução de 30,70% frente à receita de 2022, quando desconsiderados os efeitos da Contribuição Mensal.





**Aeroportos Brasil Viracopos S.A.**  
CNPJ nº 14.522.178/0001-07

## Demonstrações Financeiras 2023

Custos (R\$ milhões)	2022			% do Total		2023/2022	2023/2022 Pro-Forma
	2022	Pro-Forma (Sem Cont. Mensal)	2023	de 2023	2023/2022		
Contribuição Mensal (Fnac)	276,46	-	1,48	0,25%	N/A	N/A	
Depreciação e amortização	169,36	169,36	247,64	41,69%	46,22%	46,22%	
Pessoal	107,95	107,95	113,78	19,16%	5,40%	5,40%	
Serviços de Terceiros	71,33	71,33	83,53	14,06%	17,10%	17,10%	
Outorga Variável	57,36	57,36	47,61	8,02%	-16,99%	-16,99%	
Custos de Construção – OCPC 05	55,14	55,14	60,01	10,10%	8,84%	8,84%	
Utilidades e serviços públicos	14,82	14,82	15,22	2,56%	2,75%	2,75%	
Materiais de uso e consumo	14,60	14,60	14,15	2,38%	-3,05%	-3,05%	
Seguros e garantias	8,19	8,19	8,01	1,35%	-2,23%	-2,23%	
Outros	2,26	2,26	2,53	0,43%	11,90%	11,90%	
<b>Total de Custos</b>	<b>777,46</b>	<b>501,01</b>	<b>593,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>-23,60%</b>	<b>18,56%</b>	

Despesas (R\$ milhões)	2022			% do Total		2023/2022	2023/2022 Pro-Forma
	2022	Pro-Forma (Sem Cont. Mensal)	2023	de 2023	2023/2022		
Gastos com pessoal e encargos sociais	29,35	29,35	29,82	45,98%	1,58%	1,58%	
Despesas gerais e representações	11,81	11,81	15,90	24,52%	34,63%	34,63%	
Serviços contratados e locações	8,86	8,86	10,03	15,46%	13,21%	13,21%	
Utilidades e serviços públicos	2,21	2,21	1,88	2,90%	-14,88%	-14,88%	
Honorários de consultores	1,71	1,71	1,65	2,54%	-3,42%	-3,42%	
Depreciação e amortização	0,31	0,31	0,30	0,46%	-3,04%	-3,04%	
Outros	0,22	0,22	0,51	0,79%	132,38%	132,38%	
Materiais de uso e consumo	0,57	0,57	0,26	0,40%	-53,69%	-53,69%	
Tributos e contribuições	3,54	3,54	(0,12)	-0,19%	-103,50%	-103,50%	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa-PCLD	(0,08)	(0,08)	6,22	9,59%	-8261,29%	-8261,29%	
Provisões (reversões) para contingências	(2,99)	(2,99)	(1,80)	-2,46%	-46,61%	-46,61%	
<b>Total das Despesas</b>	<b>55,51</b>	<b>55,51</b>	<b>64,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>16,83%</b>	<b>16,83%</b>	
<b>Total de Custos e Despesas</b>	<b>832,97</b>	<b>556,51</b>	<b>658,82</b>		<b>-20,91%</b>	<b>18,38%</b>	

### Ambiental, Social e Governança Corporativa (ESG)

Dentro das ações de sustentabilidade ambiental, realizamos a substituição de 307 luminárias convencionais por relesos com tecnologia LED no pátio de aeronaves e nas balizas da pista de pousos e decolagens. Com isso, o aeroporto vai deixar de emitir 44,4 toneladas de CO2 e deve reduzir em até 50% os custos anuais com energia elétrica nestes setores. Trata-se de uma ação que tem o potencial de simultaneamente elevar os níveis de performance luminosa, segurança do trabalho, segurança da aviação civil, preservação ambiental e redução de custos operacionais.

Promovemos um desafio sustentável entre as gerências da Companhia durante a 11ª Semana do Meio Ambiente e recolhemos 285 kg de tampinhas de plástico, que foram entregues à ONG Quem Ama Protege, em Campinas. O valor da venda das tampinhas será revertido em verba para a ONG, que atende animais abandonados.

Também mantivemos parceria com a Associação Laticão e a Prefeitura Municipal de Campinas, para auxílio e tratamento de animais domésticos resgatados pela nossa Equipe de Manejo de Fauna. Em 2023, foram resgatados 2 animais feridos, os quais receberam atendimento do SAMU Animal, da Prefeitura de Campinas. Também resgatamos 21 animais saudáveis, sendo que 7 destes foram adotados na campanha "Adote um Amigo", feita pela Companhia junto à toda comunidade aeroportuária, e submetidos a tratamento (primeiras vacinações, castração e microchipagem) oferecido pela Prefeitura Municipal de Campinas. Os outros 14 foram encaminhados para a Associação Laticão, onde receberam alimentação, assistência veterinária, reabilitação, vacinação e castração.

Na frente social, a Companhia assinou, no dia 10 de julho, o termo de adesão ao projeto mundial "Hidden Disabilities Sunflower Awareness", uma iniciativa colaborativa global que visa facilitar as pessoas com as deficiências invisíveis e proporcionar uma jornada mais inclusiva aos passageiros que possuem algum tipo de deficiência oculta, como autismo, depressão, Alzheimer e TOC, entre outras. Uma das várias iniciativas para fazer com que o público em geral possa ter conhecimento dessas doenças e seja capaz de identificá-las, foi a criação de um coração de crachá (lançard) com desenhos de girassóis, que se tornou o símbolo desta causa.

A ABV também reforçou sua parceria com o Ministério Público do Trabalho para desenvolver programas e campanhas de enfrentamento da exploração sexual e o tráfico de pessoas, em conjunto com a *Childhood Brasil*, a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD e demais parceiros, tendo sido reconhecida, pela terceira vez, pelas boas práticas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes durante o 17º Encontro Anual Na Mão Certa, realizado no Teatro SESI (FIESP), em São Paulo.

Desde 2020, quando aderiu ao Pacto Empresarial, a ABV vem promovendo ações para garantir que os assuntos relacionados ao abuso e à exploração sexual sejam pautados, oferecendo informações, soluções e estratégias para os diferentes setores da sociedade.

Em 28/07/23, a Companhia, em parceria com a Azul Linhas Aéreas, a ASBRAD e a *Childhood Brasil* promoveram uma série de ações de conscientização no Terminal de Passageiros para marcar o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 30/07. Ao longo do dia, foram realizadas diversas ações, tais como a divulgação de campanha de alerta nos painéis digitais do aeroporto, a ativação de comunicação em pontos estratégicos do embarque internacional, a veiculação de mensagens sonoras no saguão, além de publicações nas redes sociais e a entrega de presentes na aeronave da Azul (VCP-LIS-voo 8750), com mensagens dos tripulantes aos passageiros sobre o tema. A campanha, que levou o nome "Embarque Coração Azul", consistiu em conscientizar passageiros e colaboradores da comunidade aeroportuária sobre a existência, os riscos, os indícios e as formas de denunciar este tipo de crime.

## Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado			Controladora			Passivo e patrimônio líquido	Consolidado			Controladora		
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>							<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	141.345	118.875	141.345	118.875	118.875	Préjuizos acumulados	12	146.118	165.964	146.118	165.964	
Aplicações financeiras vinculadas	5	52.046	65.417	52.046	65.417	65.417	Empréstimos e financiamentos	12	18.550	23.834	18.550	23.834	
Contas a receber de clientes	6	55.753	97.046	55.753	97.046	97.046	Fornecedores	37.447	20.224	37.369	20.146		
Estoques		10.720	9.345	10.709	9.334	9.334	Impostos a recolher	14	63.620	75.437	63.615	75.414	
Impostos a recuperar	9	9.742	17.406	9.539	17.203	17.203	Outorga a pagar	15 e 16	2.436.766	1.921.965	2.434.340	1.919.815	
Despesas antecipadas		5.321	3.458	5.321	3.458	3.458	Taxas aeroportuárias	17	171.770	188.245	171.770	188.245	
Adiantamento a fornecedores		8.186	6.252	8.186	6.252	6.252	Receitas diferidas	18	6.667	6.667	6.667	6.667	
Outros ativos circulantes		1.471	2.549	1.454	2.532	2.532	Outros passivos		26.277	27.022	26.275	27.112	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>284.584</b>	<b>320.348</b>	<b>284.353</b>	<b>320.117</b>	<b>320.117</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.907.215</b>	<b>2.429.358</b>	<b>2.904.694</b>	<b>2.427.187</b>	
							Empréstimos e financiamentos	12	1.513.893	1.742.012	1.513.893	1.742.012	
							Outorga a pagar	15 e 16	2.590.237	2.826.225	2.590.237	2.826.225	
							Impostos a recolher	14	14.538	19.142	14.538	19.142	
							Juros pagos sobre tributos, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	16.140	17.736	16.140	17.736	
							Juros recebidos sobre tributos, cíveis, trabalhistas e regulatórios	7	19.099	19.152	24.484	24.537	
							Provisão para perdas com investimentos	10	-	1.257	792	792	
							Receitas diferidas		40.463	47.130	40.463	47.130	
							Outros passivos		5.766	5.339	5.766	5.339	
							<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.200.136</b>	<b>4.676.736</b>	<b>4.206.778</b>	<b>4.682.913</b>	
							<b>Patrimônio líquido</b>						
							Capital social	20	1.586.500	1.586.500	1.586.500	1.586.500	
							Adiantamento para futuro aumento de capital		400	400	400	400	
							Préjuizos acumulados		(2.534.487)	(2.342.374)	(2.534.487)	(2.342.374)	
							<b>Patrimônio líquido</b>		<b>(947.587)</b>	<b>(755.474)</b>	<b>(947.587)</b>	<b>(755.474)</b>	
							<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.159.764</b>	<b>6.350.620</b>	<b>6.163.885</b>	<b>6.354.626</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>6.159.764</b>	<b>6.350.620</b>	<b>6.163.885</b>	<b>6.354.626</b>	<b>6.354.626</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2022	Capital social		Adiantamentos para futuro aumento de capital	Préjuizos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar			
Lucro líquido do exercício	1.728.500	(142.000)	1.586.500	400	(2.387.573)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.728.500</b>	<b>(142.000)</b>	<b>1.586.500</b>	<b>400</b>	<b>(2.342.374)</b>
Préjuizo do exercício	-	-	-	-	(192.113)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.728.500</b>	<b>(142.000)</b>	<b>1.586.500</b>	<b>400</b>	<b>(2.534.487)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Consolidado			Controladora			Fornecedores	Consolidado			Controladora		
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(192.113)	45.199	(192.113)	45.199	45.199	Salários e encargos	17.223	(1.367)	17.223	(1.367)	17.223	(1.367)
<b>Ajuste para reconciliar o resultado ao caixa utilizado nas atividades operacionais</b>							Impostos a recolher	14	(16.421)	(21.654)	(16.403)	(21.654)	(16.403)
Depreciações e amortizações	22 e 23	248.361	169.359	248.357	169.356	169.356	Partes relacionadas	7	(73)	(614)	(184)	(712)	
Atualização monetária, multas e juros da outorga a pagar	25	225.101	191.950	224.825	191.950	191.950	Taxas aeroportuárias	17	(7.953)	19.658	(7.953)	19.658	
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	25	-	135.914	-	135.914	135.914	Outorga a pagar	15	47.612	97.954	47.612	97.919	
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	373	325	325	Juros passivos		(318)	12.878	(318)	12.878	
Receita diferida	18	(6.667)	(5.000)	(6.667)	(5.000)	(5.000)	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(167.779)	(205.307)	(167.779)	(205.307)	
Provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6	6.209	(77)	6.209	(77)	(77)	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>390.966</b>	<b>481.862</b>	<b>390.966</b>	<b>481.862</b>	
Provisão para contingências	24	(1.596)	(2.991)	(1.596)	(2.980)	(2.980)	Aplicações financeiras vinculadas	5	13.371	2.049	13.371	2.049	
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	11	-	(191.565)	-	(191.565)	(191.565)	Aquisição de bens do imobilizado		(8)	(336)	(8)	(336)	
Provisão de perda de outras contas a receber		4.000	-	4.000	-	-	Aquisição de intangível	11	(87.416)	(69.339)	(87.416)	(69.339)	
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	12	3.924	845	3.924	845	845	<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(74.053)</b>	<b>(67.626)</b>	<b>(74.053)</b>	<b>(67.626)</b>	
Juros provisionados		214.257	287.301	214.257	287.301	287.301	<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>						
		<b>501.476</b>	<b>630.935</b>	<b>501.569</b>	<b>631.268</b>	<b>631.268</b>	Empréstimos e financiamentos amortizados	12	(294.443)	(395.639)	(294.443)	(395.639)	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(294.443)</b>	<b>(395.639)</b>	<b>(294.443)</b>	<b>(395.639)</b>	
Contas a receber de clientes	6	35.084	(28.730)	35.084	(28.730)	(28.730)	<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>22.470</b>	<b>18.597</b>	<b>22.470</b>	<b>18.597</b>	
Estoques		(1.375)	(1.931)	(1.375)	(1.931)	(1.931)	<b>Mo inativo do exercício</b>		<b>118.875</b>	<b>100.278</b>	<b>118.875</b>	<b>100.278</b>	
Impostos a recuperar	9	4.063	(9.079)	4.063	(9.079)	(9.079)	<b>No fim do exercício</b>		<b>141.345</b>	<b>118.875</b>	<b>141.345</b>	<b>118.875</b>	
Despesas antecipadas		(1.863)	494	(1.863)	494	494	<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>22.470</b>	<b>18.597</b>	<b>22.470</b>	<b>18.597</b>	
Depósitos judiciais e cauções	19	(12.118)	(14.822)	(12.118)	(14.822)	(14.822)							
Adiantamento a fornecedores		(1.934)	(1.127)	(1.934)	(1.127)	(1.127)							
Outros ativos circulantes		626	(306)	626	(306)	(306)							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



# Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ nº 14.522.178/0001-07

## Demonstrações Financeiras 2023

esferas técnicas do tribunal de contas para auxiliar na construção de um acordo que restabeleça o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e atenda a todas as partes. Conforme informado na Nota Explicativa nº 28, em 08 de março, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União admitiu a solicitação de solução consensual formulada pelo Ministério de Portos e Aeroportos para a reestruturação do contrato de concessão da Companhia. O processo foi, então, encaminhado ao ministro do TCU Vital do Rêgo, para a ratificação da admissibilidade da solicitação. O prosseguimento do processo de reapreciação aguarda decisão de admissibilidade do presidente do TCU. Em nota obstante, as operações do aeroporto continuam a ser realizadas com o pagamento dos funcionários, fornecedores e financiadores em dia. A Companhia continuará prestando os serviços de acordo com os níveis de qualidade e excelência que posicionaram Viracopos como o Melhor Aeroporto de Passageiros do Brasil (eleito por treze vezes) e o Melhor Aeroporto de Cargas do Mundo na categoria até 400 mil toneladas/ano. **Código de ética empresarial:** A Aeroportos Brasil Viracopos S.A. possui um código de conduta ética empresarial, tendo como objetivo a formalização das diretrizes éticas a serem observadas na empresa. Essas diretrizes têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo, com a finalidade de minimizar os conflitos éticos, ação ou omissão que possam ir contra os objetivos empresariais e comportamentais, reforçando desta forma a conduta ética estabelecida.

**Aprovação e autorização para emissão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A emissão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidada foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2024.

**2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em informações utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e o grau de recuperabilidade nas operações (*impairment*), a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação do provisão para perda de crédito, o reconhecimento das provisões e demais riscos para determinação de outros provimentos, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probatório inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados.

**2.1. Consolidação: a) Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2023: **i) Controlada:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é iniciada a partir da data em que a Companhia detém o controle. Transações, saldos e ganhos são relatados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. **ii) Companhia consolidada:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada (sem operação), nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Controladas diretas	31/12/2023	31/12/2022
Viracopos Estacionamento S/A	100,00%	100,00%

**b) Demonstrações contábeis individuais:** Nas demonstrações contábeis individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

**3 Políticas contábeis**

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **Aplicações financeiras vinculadas:** Aplicações financeiras vinculadas, são certificados de depósito bancário e os títulos públicos que não atendem aos critérios de equivalentes de caixa e são/são raramente utilizados para a liquidação de empréstimos.

**3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

**3.3. Estoques:** São registrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, ajustados ao valor de mercado quando este for inferior ao custo. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

**3.4. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo, exceto quando provenientes de uma combinação de negócios. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia. **3.5. Imobilizado:** Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluem os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**3.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários. As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (revertidas) ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo. **Critério definido para a amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto** se baseia na curva de movimentação de passageiros e cargas (*workload unit – WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão, seguindo a previsão contida no OCP 05 – item 42, segundo o qual o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão, de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, caso a estimativa da curva de amortização daí advinda ofereça razoável confiabilidade. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se for provável que os benefícios econômicos associados a esses itens fluirão para a Companhia em períodos futuros e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo. **Contratos de concessão – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01(R1)):** Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma: **a)** O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e **b)** O Poder Concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01(R1). A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01(R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos ou a sua titularidade. É prevista apenas a cessão do direito de uso (posse) desses bens para a prestação de serviços públicos, em nome do Poder Concedente e nas condições previstas no contrato de concessão, sendo que os bens serão revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos do Contrato de Concessão e dentro do alcance desta interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O Contrato de Concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01(R1) não prevêem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto. A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desonçada anualmente durante o mês de julho. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida. A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida de ativo intangível e do resultado. **Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional:** O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCP 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota Explicativa nº 16. **Reconhecimento de receita e margem de construção:** Quando a Companhia presta serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2013, margem de construção de 2% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. A Administração reconhece a margem de construção de 2% sobre o custo de construção para zero. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo. **3.7. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. O valor em uso do ativo é estimado a partir do fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento

a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual. Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contratos de venda em plena transação com terceiros, em partes com o conhecimento de terceiros interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.11. Obrigação de concessão:** Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais, sendo que, de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2022, a base de cálculo correspondeu à receita bruta deduzido o montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 26,417% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia, líquida dos cancelamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

**3.12. Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração:** **• Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado; **• Instrumentos de dívidas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado.

No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; e **• Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho do resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: **• E** mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas às condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: **• E** mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: **•** A estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: **•** Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; **•** Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; **•** O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e **•** Os termos que limitem o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **ii) Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado. **3.13. Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades do grupo é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: **(I)** identificação do contrato com o cliente; **(II)** identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; **(III)** determinação do preço da transação; **(IV)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e **(V)** reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Caso seja provável que descomos serão concluídos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **Receitas tarifárias:** São receitas previstas no contrato de concessão e reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) destacadas a seguir: **a) Tarifa de embarque e conexão:** São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas. **b) Tarifa de pouso:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves. **c) Tarifa de permanência:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso. **d) Tarifa de armazenagem:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto. **e) Tarifa de capatazia:** É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto. **Receitas não tarifárias:** A Companhia poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias (cessão de áreas para subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros). **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme previsto no OCP 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcionem incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas demonstrações contábeis como contrapartida do ativo intangível. Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, inicialmente adotou adicionar aos custos de construção 2% a título de margem. A partir de junho de 2016, a Administração realizou novo estudo e reduziu tal margem a zero.

**3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com: **(I)** juros sobre empréstimos e perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **(II)** multa e juros sobre outorgas vendidas e não pagas; **(III)** atualização/recomposição do saldo de outorgas vendidas; e **(IV)** demais despesas financeiras, como multas e juros fiscais, de pagamentos a fornecedores, IOF, tarifas bancárias, entre outros. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **3.15. Impostos: Imposto de renda e contribuição social – correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ao pagar a conta às autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada. O imposto de renda e contribuição social correntes são relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição das situações que requerem interpretação da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando necessário. Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **Impostos diferidos:** O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos

diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária. A Companhia optou em não contabilizar os tributos diferidos, considerando a atual não perspectiva de realização futura. **Impostos sobre faturamento:** A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento do aumento nos ativos ou da diminuição nos passivos (por exemplo, o aumento líquido nos ativos originado da venda de bens e serviços ou o decréscimo do passivo originado do perdão de dívida a ser paga). Os procedimentos normalmente adotados, na prática, para reconhecimento da receita, como, por exemplo, a exigência de que a receita tenha sido ganha, são aplicações dos critérios de reconhecimento definidos nesta Estrutura Conceitual. Tais procedimentos são geralmente direcionados para restringir o reconhecimento como receita aqueles itens que possam ser mensurados com confiabilidade e tenham suficiente grau de certeza. **3.16. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.18. Demonstração do valor adicionado:** Muito embora, pela legislação societária brasileira, seja obrigatória apenas para companhias abertas, a Demonstração de Valor Adicionado – DVA é apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis que a Companhia deve divulgar. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e segundo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), 3.18. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a eventos futuros e outras fontes de incerteza utilizadas nas estimativas que possuem o risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são apresentadas a seguir: **Amortização do ativo intangível:** Conforme citado na Nota Explicativa nº 3.6, a amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo do prazo de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros/cargas (*workload unit (WLU)*) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da WLU. A Companhia utiliza modelos econômicos para projeção dessa curva, que são periodicamente reavaliados pela Administração. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor é época de resultados tributáveis futuros. Devido à natureza de longo prazo e à complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das normas jurídicas, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.20. Alteração de normas novas que entram em vigor em 2023 ou que entrarão em vigor nos próximos exercícios: Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023: IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis); as alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, não pouca na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis. IAS 12 (equivalente ao CPC 32) – Tributos sobre o lucro; as alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023: IAS 28 e IFRS 10 (equivalente ao CPC 18 (R2)) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. IAS 21 (equivalente ao CPC 02) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. Reforma tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.**

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	8.489	27.944	8.489	27.944
Aplicações em renda fixa	132.856	95.826	132.856	95.826
<b>Total</b>	<b>141.345</b>	<b>118.875</b>	<b>141.345</b>	<b>118.875</b>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e em liquidez imediata, com rendimento médio de 100% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), tanto em 2023, como em 2022.

**5 Aplicações financeiras vinculadas**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras vinculadas	52.046	65.417	52.046	65.417
<b>Total</b>	<b>52.046</b>	<b>65.417</b>	<b>52.046</b>	<b>65.417</b>

As aplicações financeiras vinculadas referem-se às reservas monetárias em formação aplicadas em fundos de investimento de baixo risco de bancos de primeira linha, corrigidas pelo CDI e supervisionadas pelo agente fiduciário, destinados a honrar os compromissos previstos nos contratos de financiamento.

**6 Contas a receber de clientes**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Teca correntista (a)	19.495	27.944	19.495	27.944
Embarque e conexão (b)	13.424	23.359	13.424	23.359
Pouso e permanência (c)	7.312	25.679	7.312	25.679
Locação de espaços (d)	28.640	26.973	28.640	26.973
Estacionamentos (e)	18	18	-	-
<b>Total</b>	<b>68.889</b>	<b>103.973</b>	<b>68.871</b>	<b>103.955</b>
(+) Provisão para perda de crédito esperadas	(13.136)	(6.927)	(13.118)	(6.909)
<b>Total</b>	<b>55.753</b>	<b>97.046</b>	<b>55.753</b>	<b>97.046</b>

(a) Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logísticas e congêneres, e respectivos serviços de apoio; (b) Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio; (c) Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso e permanência de aeronaves; (d) Valor a receber referente à locação de espaços nas atividades exploradas por terceiros, inclusive estacionamento e CEV; e (e) Valor referente aos serviços de estacionamento e permanência de veículos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022



**Aeroportos Brasil Viracopos S.A.**  
CNPJ nº 14.522.178/0001-07

**Demonstrações Financeiras 2023**

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
<b>Prestação de serviço</b>						
Consortório Construtor Viracopos (I)	8.296	–	(3)	8.293	–	–
Egis Airport Operation (II)	–	1.662	(67)	–	1.729	(234)
Infraero (III)	7.666	17.415	(3)	7.649	17.401	149
Viracopos Estacionamentos S.A. (IV)	4.387	5.385	(111)	4.276	5.385	–
Triunfo Participações e Investimentos S.A. (V)	–	22	–	–	22	–
Aeroportos Brasil S.A. (VI)	1.835	–	–	1.835	–	–
UTC Engenharia (VII)	–	1	–	–	1	–
<b>Total</b>	<b>22.185</b>	<b>24.484</b>	<b>(184)</b>	<b>22.054</b>	<b>24.537</b>	<b>(85)</b>

**(I) Consortório Construtor Viracopos:** O Consortório Construtor Viracopos (CCV) é formado pela Construtora Triunfo S.A. e a Constran S.A.. A Companhia firmou com este consórcio dois contratos: o primeiro, em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia) no valor de R\$ 69.000, e o segundo, em 1º de novembro de 2012, no valor de R\$ 2.065.042 para a implementação do novo terminal do Aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *Engineering, Procurement, Construction (EPC)* – “Turn Key-Lump Sum” – das obras pertinentes à fase I-B do contrato de concessão. Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2014, foi autorizada a celebração do “Aditivo ao Contrato de Construção”. Em 1º de dezembro de 2014, foi assinado o aditivo contratual estabelecendo que, devido ao aumento da capacidade de processamento de passageiros, foi necessário o aditivo no total de R\$ 778.801 (em valores na data-base setembro de 2012), sendo R\$ 176.427 referente a serviços e fornecimentos não previstos quando da assinatura do contrato e R\$ 602.374 por modificações de projetos. Encerrada a relação contratual, em julho de 2020, iniciaram-se as condenações e acordos judiciais em reclamações trabalhistas propostas por ex-funcionários do CCV em que a Companhia foi condenada judicialmente, de maneira subsidiária, por ter sido a tomadora dos serviços. A variação no saldo do contas a receber de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2023 refere-se, exclusivamente, a estes valores, que, repise-se, a Companhia foi obrigada a pagar por ordem judicial. Além disso, foi efetuada a reclassificação em 31 de dezembro de 2022 do montante de R\$ 301 referente a recebíveis do CCV classificados equivocadamente em anos anteriores na rubrica de Contas a receber de clientes. Estes recebíveis foram constituídos no período de setembro de 2014 a abril de 2017 e referem-se a notas de débitos relacionadas a reembolsos de despesas de consumo de água e esgoto, manutenções/repáros diversos e serviços relacionados à emissão de credenciais aeroportuárias para colaboradores do CCV.

**(II) Egis Airport Operation:** refere-se ao contrato de prestação de serviços técnicos, prestação de apoio, suporte e/ou assistências gerenciais e operacionais, aprovado por deliberação do Conselho de Administração ocorrida em 18 de março de 2014, com base em um orçamento de R\$ 1.841. A variação do saldo observada entre os períodos demonstrados se refere à variação cambial. **(III) Infraero:** refere-se a valores devidos pela Companhia à Infraero relativos à operação de transição operacional do aeroporto, reembolso de despesas pagas pela Infraero, como contratação de serviços, reembolso de despesas com PAMI, serviços de consultoria e suporte e desenvolvimento de TI. Bem como, a valores devidos pela Infraero à Companhia relativos a reembolso de despesas com tributos sobre os faturamentos repassados à Infraero, cessão de uso de áreas (aluguéis), reembolso de despesas de utilidades públicas (água, energia e outros), taxas de administração de cartões, serviços de TI, entre outros.

**(IV) Viracopos Estacionamentos S.A.:** refere-se a outorga variável, serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos destinados à operação do estacionamento pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. até o primeiro trimestre de 2017, e reembolso de serviços de transportes pagos pela Viracopos Estacionamentos S.A., além de contrato de cessão de área para exploração dos serviços de estacionamento. A Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA) é uma subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (ABV). Desse modo, o contrato de cessão de área para exploração de serviços de estacionamento pela VESA não segue as mesmas condições dos demais contratos, levando em consideração que a VESA é uma extensão da ABV atuando em um nicho específico de serviços, tendo sido criada por força do contrato de concessão. Em abril de 2018, o Banco Citibank, operador financeiro da concessão, passou o valor aplicado da VESA para a ABV para recomposição da conta reserva, assim deixando uma dívida registrada com partes relacionadas. A variação no saldo do contas a receber de 31 de dezembro 2022 para 31 de dezembro de 2023, refere-se a despesas pagas pela Companhia da sua subsidiária. **(V) Triunfo Participações e Investimentos (TPI):** refere-se ao reembolso de despesas a serem pagas pela Companhia. **(VI) Aeroportos Brasil S.A. (ABSA):** o valor refere-se às despesas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela “ABSA”. **(VII) UTC Engenharia:** refere-se às despesas trabalhistas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela “UTC”. A Administração da Companhia avaliou os valores das transações com partes relacionadas e houve por bem reclassificar quase que a sua totalidade para o não circulante, em função de entender que sua liquidação se dará somente quando da relicitação.

**8 Remuneração da administração**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi a seguinte:

	Consolidado/Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração da diretoria executiva	4.139	3.275
Honorários dos conselheiros (Nota Explicativa nº 22)	1.650	1.708
<b>Total</b>	<b>5.789</b>	<b>4.983</b>

**9 Impostos a recuperar**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS/Cofins – Não cumulativos e retenções na fonte	33.227	32.082	33.227	32.082
IRRF sobre aplicações financeiras	7.010	10.542	6.811	10.343
ISSQN a compensar	4	395	–	391
Outros	412	1.697	412	1.697
<b>Total</b>	<b>40.653</b>	<b>44.716</b>	<b>40.450</b>	<b>44.513</b>
Circulante	9.742	17.406	9.539	17.203
Não circulante	30.911	27.310	30.911	27.310
<b>Total</b>	<b>40.653</b>	<b>44.716</b>	<b>40.450</b>	<b>44.513</b>

**10 Investimentos**

Em 7 de novembro de 2012, foi constituída a Empresa Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA), uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos, cujo capital subscrito e integralizado é de R\$ 1.000. A VESA operou de 1º de maio de 2015 a dezembro de 2016, quando entrou em vigor um contrato de cessão de uso de áreas de estacionamento em aeroporto, celebrado entre a Companhia e a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (Estapar), através do qual a Estapar realizou o pagamento prévio à Companhia de R\$ 30.000 pelo direito de explorar o estacionamento pelo prazo contratual de 144 meses. A participação societária na controlada está incluída na demonstração financeira e o reconhecimento do resultado por meio da equivalência patrimonial.

**a) Investimentos permanentes (Provisão para perdas com investimentos)**

Investimento	Patri-mônio líquido		Investimentos permanentes	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Viracopos Estacionamentos S.A. (1.257)	100%	(373)	(1.257)	(792)

**b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/2022		Aportes de capital e Afac em 31/12/2023		Resultado de equivalência patrimonial em 31/12/2023		Investimentos permanentes em 31/12/2023	
	792	(373)	9.539	(2.527)	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Viracopos Estacionamentos S.A.	231	231	–	–	231	231	231	231
Ativo circulante	–	–	–	–	–	–	–	–
Ativo não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do ativo</b>	<b>231</b>	<b>231</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>231</b>	<b>231</b>	<b>231</b>	<b>231</b>
Passivo circulante	–	–	–	–	–	–	–	–
Passivo não circulante	–	–	–	–	–	–	–	–
Patrimônio líquido/Passivo a descoberto	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>231</b>	<b>231</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>231</b>	<b>231</b>	<b>231</b>	<b>231</b>
Resultado bruto	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	–	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	–	–	–	–	–	–	–	–
<b>Prejuízo do período</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

**11 Intangível**

	Consolidado			31/12/2022		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Outorga – direito da concessão	3.062.936	(626.986)	2.435.950	–	–	–
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	(31.595)	54.627	57.521	(19.685)	37.836
Licença ambiental CETESB	23.948	(19.685)	4.263	4.490	(19.685)	(15.195)
ERP e softwares	45.883	(26.916)	18.967	10.543	(26.916)	(16.373)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	101.737	(30.963)	70.774	69.557	(30.963)	38.594
Beneficiários nos estacionamentos	720	(481)	239	272	(481)	(209)
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.741.230	(694.480)	3.046.750	3.089.504	(694.480)	2.395.024
Margem de construção – OCPC 05	64.433	(12.136)	52.297	54.539	(12.136)	42.403
Intangível em andamento	96.630	–	96.630	114.835	–	114.835
<b>Total</b>	<b>7.223.739</b>	<b>(1.443.242)</b>	<b>5.780.497</b>	<b>5.947.410</b>	<b>(1.443.242)</b>	<b>4.337.168</b>

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Outorga – direito da concessão	3.062.936	(626.986)	2.435.950	–	–	–
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	(31.595)	54.627	57.521	(19.685)	37.836
Licença ambiental CETESB	23.948	(19.685)	4.263	4.490	(19.685)	(15.195)
ERP e softwares	45.883	(26.916)	18.967	10.543	(26.916)	(16.373)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	101.737	(30.963)	70.774	69.557	(30.963)	38.594
Beneficiários nos estacionamentos	720	(481)	239	272	(481)	(209)
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.741.230	(694.480)	3.046.750	3.089.504	(694.480)	2.395.024
Margem de construção – OCPC 05	64.433	(12.136)	52.297	54.539	(12.136)	42.403
Intangível em andamento	96.630	–	96.630	114.835	–	114.835
<b>Total</b>	<b>7.223.739</b>	<b>(1.443.242)</b>	<b>5.780.497</b>	<b>5.947.410</b>	<b>(1.443.242)</b>	<b>4.337.168</b>

**b) Movimentação**

	Consolidado			31/12/2022		
	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023	Adições	Transferência
<b>Custo</b>						
Outorga – direito da concessão	3.065.357	(2.421)	–	3.062.936	–	–
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	–	–	86.222	–	–
Licença ambiental CETESB	23.948	–	–	23.948	–	–
ERP e softwares	34.169	4.287	(1.062)	45.883	–	–
Máq. equip. e outros investimentos para concessão	96.638	5.856	(683)	101.737	–	–
Beneficiários nos estacionamentos	720	–	–	720	–	–
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	3.656.104	14.459	(1.061)	3.741.230	–	–
Margem de construção – OCPC 05	64.433	–	–	64.433	–	–
Intangível em andamento	114.835	62.814	(1.174)	196.630	–	–
<b>Total</b>	<b>7.142.426</b>	<b>84.995</b>	<b>(3.980)</b>	<b>7.142.388</b>	<b>84.995</b>	<b>(3.980)</b>

**Amortização acumulada**

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Outorga – direito da concessão	(*)	(519.208)	(107.778)	–	–	(626.986)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(28.701)	(2.894)	–	–	(31.595)
Licença ambiental CETESB	(**)	(19.458)	(227)	–	–	(19.685)
ERP e softwares	20%	(23.588)	(3.314)	42	(18)	(26.876)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(27.081)	(3.926)	25	19	(30.963)
Beneficiários nos estacionamentos	10%	(448)	(33)	–	–	(481)
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	(*)	(566.600)	(127.879)	–	(1)	(694.480)
Margem de construção – OCPC 05	(*)	(9.894)	(2.242)	–	–	(12.136)
<b>Total da amortização</b>	<b>(1.195.016)</b>	<b>(248.293)</b>	<b>67</b>	<b>(1.194.978)</b>	<b>(248.293)</b>	<b>67</b>
<b>Total líquido</b>	<b>5.947.410</b>	<b>(163.298)</b>	<b>(3.913)</b>	<b>298</b>	<b>5.780.497</b>	<b>(3.913)</b>

	31/12/2022			31/12/2023		
	Adições	Transferência	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
<b>Custo</b>						
Outorga – direito da concessão	3.065.357	(2.421)	–	3.062.936	–	–
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	86.222	–	–	86.222	–	–
Licença ambiental CETESB	23.948	–	–	23.948	–	–
ERP e softwares	34.131	4.287	(1.062)	45.883	–	–
Máq. equip. e outros investimentos para concessão	96.638	5.856	(683)	101.737	–	–
Beneficiários nos estacionamentos	720	–	–	720	–	–
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	3.656.104	14.459	(1.061)	3.741.230	–	–
Margem de construção – OCPC 05	64.433	–	–	64.433	–	–
Intangível em andamento	114.835	62.814	(1.174)	196.630	–	–
<b>Total de custos</b>	<b>7.142.388</b>	<b>84.995</b>	<b>(3.980)</b>	<b>7.142.388</b>	<b>84.995</b>	<b>(3.980)</b>

**Amortização acumulada**

	31/12/2022			31/12/2023		
	Adições	Transferência	31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Outorga – direito da concessão	(*)	(519.208)	(107.778)	–	–	(626.986)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(28.701)	(2.894)	–	–	(31.595)
Licença ambiental CETESB	(**)	(19.458)	(227)	–	–	(19.685)
ERP e softwares	20%	(23.588)	(3.314)	42	(18)	(26.876)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(27.081)	(3.926)	25	19	(30.963)
Beneficiários nos estacionamentos	10%	(448)	(33)	–	–	(481)
Terminal 1 e edifício garagem (EDG)	(*)	(566.600)	(127.879)	–	(1)	(694.480)
Margem de construção – OCPC 05	(*)	(9.894)	(2.242)	–	–	(12.136)
<b>Total amortizado</b>	<b>(1.194.978)</b>	<b>(248.293)</b>	<b>67</b>	<b>(1.194.978)</b>	<b>(248.293)</b>	<b>67</b>
<b>Total líquido</b>	<b>5.947.410</b>	<b>(163.298)</b>	<b>(3.913)</b>	<b>298</b>	<b>5.780.497</b>	<b>(3.913)</b>

**(\*)** Amortização efetuada pela curva de demanda “workload unit (WLU)”; **(\*\*)** Amortização efetuada pelo método linear durante o prazo de concessão. A Companhia registrou, em seu ativo intangível, a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$ 3.821.000 com o registro do ajuste a valor presente da dívida. O ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e a dívida da outorga será reajustada pelo IPCA da mesma forma. **Reequilíbrio econômico e financeiro:** A Companhia teve sucesso parcial em sede administrativa de pleitos de reequilíbrio econômico e financeiro relativo ao: Teça-Teça. Desapropriação e Tarifa Mínima, tendo ficado decidido que o desequilíbrio seria recomposto mediante redução no valor da outorga. Desta forma, os registros contábeis correspondentes às atualizações do reequilíbrio econômico-financeiro pelo IPCA acumulado e pela taxa de 6,81% proporcionalmente pelo número de meses correspondente ao desequilíbrio foram realizados no ativo intangível, na linha “Outorga”, em contrapartida à Outorga a Pagar (Nota Explicativa nº 15). A amortização correspondente a estes valores foi registrada em contrapartida ao resultado. Esses registros foram necessários para equalizar a proporção dos custos de amortização com a expectativa de receitas, frustrada anteriormente pelo desequilíbrio. **Teste do valor recuperável:** A Administração da Companhia está confiante de que o processo de repactuação do Contrato de Concessão será concluído com sucesso ainda no primeiro semestre de 2024, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que, naturalmente, implicaria na recuperabilidade do investimento. Este é, portanto, o cenário-base, com o qual a Administração trabalha atualmente. Contudo, diante



**Demonstrações Financeiras 2023**

de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reconhecidos na medida em que sua realização seja mais provável, desta forma o reconhecimento do imposto diferido ativo foi limitado ao imposto diferido passivo. (a) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia optou em não reconhecer mais tributos diferidos para a controladora, além daqueles já reconhecidos pelo limite imposto diferido passivo temporário, caso tivesse reconhecido, as bases de cálculo seriam:

Período	Controladora		Saldo
	Prejuízo Fiscal/Base Negativa	Utilizado no Parcelamento	
2012	123.195		123.195
2013	210.636		333.831
2014	243.322		577.153
2015	286.141		863.294
2016	407.217		1.270.511
2017	324.264	62.618	1.532.157
2018	263.356		1.795.513
2019	317.656		2.113.169
2020	254.233		2.367.402
2021	401.396		2.768.798
2022	474		2.769.272
2023	220.206		2.989.478
<b>Total</b>	<b>3.052.096</b>	<b>62.618</b>	<b>2.989.478</b>

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da Lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil), além de outras diferenças temporárias compostas por: provisão de contingências, provisão de perda estimada com liquidação de créditos, entre outros.

**14 Impostos a recolher**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISSQN parcelado		11.725		11.725
ISSQN sobre faturamento a vencer	3.311	4.861	3.311	4.861
PIS/Cofins sobre faturamento a vencer (I)	50.332	51.922	50.332	51.922
PIS/ Cofins Parcelado	20.338	23.085	20.338	23.085
ISSQN Retidos de terceiros	571	550	571	550
INSS Retido de terceiros	655	686	655	686
PIS/Cofins/CSLL Retido de terceiros	718	525	713	502
Outros	2.233	1.225	2.233	1.225
<b>Total</b>	<b>78.158</b>	<b>94.579</b>	<b>78.153</b>	<b>94.556</b>
(I) Contém os valores de R\$ 7.264 referente ao PIS/PASEP e R\$ 33.459 referente ao Cofins de depósitos judiciais do efeito da liminar obtida pela Companhia autorizando a exclusão do PIS/PASEP e Cofins sobre a própria base de cálculo. Os demais valores estão sendo recolhidos regularmente.				

**15 Outorga a pagar**

Em 2012, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre a outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do Tesouro Nacional, a NTN-B, com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a., considerado como título livre de risco. A movimentação da outorga da concessão no exercício foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>5.022.273</b>	<b>4.569.936</b>	<b>5.020.123</b>	<b>4.568.021</b>
Atualização monetária pelo IPCA	191.950	191.950	191.950	191.950
Recomposição AVP da outorga a pagar	—	135.914	—	135.914
Outorga variável a pagar (Nota Explicativa nº 16)	47.612	57.359	47.612	57.359
Juros por atraso de pagamento	232.786	67.114	232.510	66.879
Abatimento com reequilíbrio financeiro	(21.519)	—	(21.519)	—
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>5.281.152</b>	<b>5.022.273</b>	<b>5.278.726</b>	<b>5.020.123</b>
(I) Reequilíbrio econômico-financeiro	(254.149)	(274.083)	(254.149)	(274.083)
<b>Total</b>	<b>5.027.003</b>	<b>4.748.190</b>	<b>5.024.577</b>	<b>4.746.040</b>
Circulante	2.436.766	1.921.965	2.434.340	1.919.815
Não circulante	2.590.237	2.826.225	2.590.237	2.826.225
<b>Total</b>	<b>5.027.003</b>	<b>4.748.190</b>	<b>5.024.577</b>	<b>4.746.040</b>

A Companhia encontra-se inadimplente conforme quadro a seguir:

	Venci-mento	Consolidado		Controladora		Total			
		Valor original	Atualizações	Valor original	Atualizações				
<b>Outorga fixa</b>									
Compe-tência									
2015	2015	—	4.776	—	4.776	—	4.776		
2017	2017	179.010	104.242	(7.996)	273.456	179.010	104.242	(7.996)	273.456
2018	2018	186.870	89.390	(10.711)	265.549	186.870	89.390	(10.711)	265.549
2019	2019	193.161	76.027	(11.564)	257.624	193.161	76.027	(11.564)	257.624
2020	2020	199.075	64.630	(13.119)	250.586	199.075	64.630	(13.119)	250.586
2021	2021	213.673	22.313	(22.313)	213.673	213.673	22.313	(22.313)	213.673
2022	2022	230.155	48.933	(18.378)	269.710	230.155	48.933	(18.378)	269.710
2023	2023	246.716	17.607	(21.520)	242.803	246.716	17.607	(21.520)	242.803
<b>Total fixa</b>		<b>1.457.734</b>	<b>468.278</b>	<b>(108.019)</b>	<b>1.817.993</b>	<b>1.457.734</b>	<b>468.278</b>	<b>(108.019)</b>	<b>1.817.993</b>
<b>Outorga variável</b>									
Compe-tência									
2016	2017	25.561	16.397	—	41.958	25.561	16.397	—	41.958
2017	2018	29.602	15.457	—	45.059	29.602	15.457	—	45.059
2018	2019	31.296	13.536	—	44.832	31.296	13.536	—	44.832
2019	2020	31.827	11.062	—	42.889	31.827	11.062	—	42.889
2020	2021	34.255	11.506	—	45.761	34.255	11.506	—	45.761
2021	2022	44.473	10.867	—	55.340	44.473	10.867	—	55.340
2022	2023	56.922	5.687	—	62.609	56.922	5.687	—	62.609
<b>Total variável</b>		<b>253.936</b>	<b>84.512</b>	<b>—</b>	<b>338.448</b>	<b>253.936</b>	<b>84.512</b>	<b>—</b>	<b>338.448</b>
<b>Total fixa e variável</b>		<b>1.711.670</b>	<b>552.790</b>	<b>(108.019)</b>	<b>2.156.441</b>	<b>1.711.670</b>	<b>552.790</b>	<b>(108.019)</b>	<b>2.156.441</b>

As outorgas vencidas serão quitadas no âmbito do processo de relicitação, mediante desconto do valor da indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Companhia tem direito. Com o advento e a confirmação da relicitação, as outorgas vencíveis posteriormente à essa data deixarão de ser uma obrigação da Companhia e, conseqüentemente, serão batizadas contra o resultado, da mesma forma que o intangível consistente no direito de exploração da concessão. Tendo em vista essa situação, a Companhia entende que não era adequado recompor o total de outorgas vencidas de 2024 a 2042 a valor presente, na medida em que só serão devidas outorgas enquanto a Companhia permanecer operando o aeroporto. Desta forma, no ano de 2023, não foram registradas despesas financeiras sobre este montante.

**16 Obrigações da concessão**

**Principais pontos do contrato de concessão – Objeto:** Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases: **I) Fase I-A** – Transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Companhia; **II) Fase I-B** – Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços; **III) Fase I-C** – Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviços disposto no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA; **IV) Fase II** – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA. **Vigência:** A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua data de eficácia (11 de julho de 2012), podendo ser prorrogado por até cinco anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária. **Da contribuição ao sistema:** A Companhia se obriga a pagar à União Federal através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo: **Contribuição fixa:** Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia se obrigou ao pagamento de uma contribuição fixa anual no montante de R\$ 127.367 (em 2012), a ser reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE. No total são 30 prestações, totalizado a R\$ 3.821.000 (em valores de 2012), referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. **Contribuição fixa – Reequilíbrio econômico-financeiro: Teca-Teca:** Em 22 de dezembro de 2016, a Anac, por meio da decisão no 190, aprovou a 1ª revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R\$ 209.921, através da revisão da contribuição fixa devida pela concessionária. Valor este revisado para R\$ 223.876 pela ANAC em 5 de julho de 2021 através de revisão quinzenal formalizada através da Nota Técnica nº 41/2021. O montante do reequilíbrio econômico-financeiro aprovado foi de R\$ 127.436 (posteriormente revisado para R\$ 137.722 conforme revisão quinzenal), os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até abril de 2016. A recomposição econômico-financeiro do contrato obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) em 28 de dezembro de 2016. O valor do reequilíbrio econômico-financeiro apresentado será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da Nota Técnica nº 41/2021, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% ao ano, proporcional ao número de meses correspondentes. **Desapropriação:** Em 26 de março de 2020 a ANAC por meio da decisão no 58 aprovou a revisão extraordinária referente ao pleito de desapropriação de áreas por parte do poder concedente do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos de Campinas no valor de R\$ 7.144. O montante do reequilíbrio econômico-financeiro aprovado foi de R\$ 3.248, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até março de 2020. O valor do reequilíbrio econômico-financeiro apresentado será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da decisão no 58, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre junho de 2023 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% ao ano, proporcional ao número de meses correspondentes. **Contribuição variável:** Até 31 de dezembro de 2016, a contribuição variável era calculada anualmente sobre a totalidade da receita operacional bruta da Companhia, com o percentual de 5%, passando para 7,5% quando vierem os valores estipulados no contrato de concessão. De acordo com a Decisão nº 107, que altera o Contrato de Concessão, a partir de 1º de janeiro de 2017, a contribuição passou a ser calculada anualmente com base na totalidade da receita operacional bruta da Companhia e suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido, até 31 de dezembro de 2022, o montante em Reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,4165%, sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousa e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia e deduzidos os cancelamentos.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (Nota Explicativa nº 21)	960.010	1.461.196	960.010	1.461.196
(-) Deduções contribuição mensal	(5.059)	(322.397)	(5.059)	(322.397)
(-) Cancelamentos	(2.706)	(405)	(2.706)	(405)
<b>Total</b>	<b>952.245</b>	<b>1.138.394</b>	<b>952.245</b>	<b>1.138.394</b>
<b>Contribuição variável (Nota Explicativa nº 15)</b>	<b>47.612</b>	<b>57.359</b>	<b>47.612</b>	<b>57.359</b>

**Custo e receitas de construção:** A receita de construção foi reconhecida com margem da construção de 2% até o mês de maio de 2016, e vem sendo reconhecida com margem de 0% a partir do mês de junho de 2016:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção (Nota Explicativa nº 21)	60.012	55.139
Custo de construção (Nota Explicativa nº 22)	60.012	55.139
Margem de construção	—	—
<b>Total</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

**Litígios contratuais junto à Anac:** A seguir, a Companhia passa a expor, sucintamente, o objeto dos Pleitos de Reequilíbrio e seus respectivos status:

	Objeto
<b>Pleito de Teca-Teca</b>	Pleito decorrente da alteração unilateral das regras tarifárias previstas no Contrato de Concessão, promovida pela Anac 1 (um) dia antes do início da fase de transferência das operações aeroportuárias da Infraero para a Companhia. Por meio da Decisão nº 121/2012, a Anac modificou a estrutura tarifária do Contrato de Concessão relativamente aos serviços prestados sobre as cargas em regime de trânsito aduaneiro, de modo a (I) reduzir a Tarifa Teca-Teca de R\$ 0,50 por kg para R\$ 0,08 por kg, (II) extinguir o benefício relativo às cargas importadas que excediam o prazo de 24 horas; e (III) extinguiu o benefício relativo aos casos de Alto Valor Específico.
<b>Embasamento Jurídico</b>	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.5, 5.2.6 e 5.2.10 do Contrato de Concessão.
<b>Status</b>	No âmbito administrativo, o pedido de revisão extraordinário do contrato de concessão foi deferido apenas de forma parcial, sendo reconhecida a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária no importe de R\$ 223.876.180,98 (duzentos e vinte e três milhões, oitocentos e setenta e seis mil, cento e oitenta reais e oito centavos), atualizado a abril de 2016. Em que pese o reconhecimento ao direito de reequilíbrio do contrato de concessão em favor da Concessionária, a divergência quantitativa ensejou a inclusão da celeuma em procedimento arbitral. Atualmente, o Procedimento arbitral está com seu curso suspenso, tendo em vista as negociações, atualmente existentes entre a ANAC e Companhia, que objetivam o encerramento do procedimento de Relicitação.

	Objeto
<b>Pleito de não desapropriação</b>	Pleito fundamentado nos prejuízos causados à Companhia pelo descumprimento, pela Anac, da obrigação prevista na cláusula 3.2.15 do Contrato de Concessão, consoante a qual incumbe à Agência Reguladora “desapropriar os imóveis que possuam decreto de declaração de utilidade pública já publicados e em vigor quando da realização da sessão pública do leilão, indenizar seus proprietários e disponibilizar a área do Aeroporto Livre e desembarcada à Concessionária, sem qualquer ônus”.
<b>Embasamento Jurídico</b>	Risco alocado ao Poder Concedente, conforme cláusulas 5.2.4 e 5.2.10 c/c 3.2.15 do Contrato de Concessão.
<b>Status</b>	Administrativamente o pleito foi reconhecido de forma parcial, sendo deferido o direito ao reequilíbrio no valor de R\$ 4.143.286,84 (quatro milhões, cento e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), para todo o período da Concessão, atualizado pela taxa de desconto e pelo IPCA (a setembro/2018). A demanda judicial em curso foi extinta, sujeitando-se o objeto ao Tribunal Arbitral. Atualmente, o Procedimento arbitral está com seu curso suspenso, tendo em vista as negociações, atualmente existentes entre a ANAC e Companhia, que objetivam o encerramento do procedimento de Relicitação.

	Objeto
<b>Pleito da Covid-19</b>	Reequilíbrio econômico-financeiro em razão da Pandemia da Covid-19
<b>Embasamento Jurídico</b>	Conforme entendimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura, constata-se no parecer nº 261/2020/CONJUR-MINFR/CGU/AGU, a Pandemia da Covid-19 se caracteriza como uma ocorrência de caso fortuito/força maior, risco que é suportado exclusivamente pelo poder concedente, nos termos do Item 5.2.8. Assim, dados os prejuízos experimentados pela Concessionária em razão da Pandemia da Covid-19, restou configurado o desequilíbrio do Contrato de Concessão.
<b>Status</b>	Após decisão desfavorável em primeira instância administrativa, a controversia foi submetida ao Tribunal Arbitral. Atualmente, o Procedimento arbitral está com seu curso suspenso, tendo em vista as negociações, atualmente existentes entre a ANAC e Companhia, que objetivam o encerramento do procedimento de Relicitação.

**Processo de caducidade:** Foi instaurado processo administrativo para apurar descumprimentos de obrigações previstas no contrato de concessão pela Companhia (destacando-se a não recomposição da garantia de execução contratual), podendo culminar, inclusive na extinção antecipada do Contrato de Concessão, por declaração de caducidade. Em 17 de julho de 2020, a Concessionária foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (“PPI”) para fins de relicitação, conforme Decreto nº 10.427, de maneira que, por força do artigo 14, § 3º, da Lei 13.448, o processo de caducidade restou imediatamente suspenso. Essa condição permanece inalterada desde então. Cumpre notar que a qualificação se estenderá até julho de 2024.

**17 Taxas aeroportuárias**

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) – vencido	161.172	142.956
Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) a vencer	6.701	6.701
Contribuição mensal	3.698	38.815
Tarifa de uso das comunicações e auxílios à navegação aérea em rota (PAN)	289	260
Tarifa de uso das comunicações e auxílios-rádio à navegação aérea em área de controle de aproximação (PAT)	(90)	(126)
<b>Total</b>	<b>171.770</b>	<b>188.245</b>

**Ataero:** Em 25 de julho de 2016, a MP nº 714/2016 foi convertida na Lei no 13.319, extinguindo o Ataero a partir de 1º de janeiro de 2017. Nessa data, a Anac alterou os valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente à extinção do Ataero, não havendo alteração da tarifa final. **Contribuição mensal:** A contribuição mensal, antiga contribuição tarifária (Atoer), criada pela Lei nº 13.319/16, foi formalmente normatizada pela Anac, através da Decisão no 107, de 28 de junho de 2017, que alterou unilateralmente o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos. A contribuição mensal passou a ser calculada pela aplicação da alíquota de 22,6521% sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousa e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia. A partir de 1º de janeiro de 2023, a Contribuição Mensal foi extinta, por força do disposto no art. 12 da Lei nº 14.368/22. Como consequência, em 17 de novembro de 2022, a ANAC editou a Portaria nº 9.784/SRA, reduzindo o valor das tarifas-letto da concessão, revertendo/expurgando a majoração feita anteriormente relativa à contribuição mensal.

**18 Receitas diferidas**

A receita diferida da Companhia se refere ao contrato de cessão de área firmado com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (Estapar), pelo direito de explorar o estacionamento pelo prazo contratual de 144 meses (até 31 de dezembro de 2028). Segue abaixo movimentação dos saldos em questão:

	Consolidado & Controladora		
	31/12/2022	Apropriação	Transferência
Cessão de espaço	53.797	(6.667)	6.667
Circulante	—	(6.667)	6.667
Não circulante	47.130	—	40.463
<b>Total</b>	<b>53.797</b>	<b>(6.667)</b>	<b>6.667</b>

**19 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios**

**Processos com prognóstico de perda “provável”:** Os assessores legais da Companhia indicaram 150 ações com prognóstico de perda “provável”, referente aos processos contra empresas contratadas onde a Companhia figura como 2ª ou 3ª reclamada e contra a própria Companhia. Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado e Controladora		31/12/2023
	31/12/2022	Provisões	
Processos trabalhistas	14.800	4.637	13.231
Processos cíveis	2.560	3.030	2.614
Processos administrativos	576	359	295
<b>Total</b>	<b>17.936</b>	<b>8.026</b>	<b>16.140</b>

	Consolidado e Controladora		31/12/2022
	31/12/2021	Provisões	
Processos trabalhistas	12.796	5.256	(3.452)
Processos cíveis	3.959	1.084	(2.483)
Processos administrativos	3.972	102	(3.498)
<b>Total</b>	<b>20.727</b>	<b>6.442</b>	<b>(17.396)</b>

**Movimentação de depósitos judiciais:**

	Consolidado e Controladora		31/12/2023
	31/12/2022	Constituições	



**Aeroportos Brasil Viracopos S.A.**  
CNPJ nº 14.522.178/0001-07

## Demonstrações Financeiras 2023

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os principais riscos de mercado e regulatórios aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: **a) Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. **c) Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e o IPCA/IBGE e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar/negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas às operações com fornecedores diversos, além das perdas de receitas derivadas das operações do terminal de cargas de importação e exportação. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. **d) Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária é regulada pelo Poder Concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **e) Risco regulatório:** A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias, que não sejam relativas ao processo de relicitação. Em relação a um possível ato político que implique o rompimento unilateral da

relação contratual, a Companhia considera de probabilidade remota, ainda que se considere o Ofício da Anac emitido em 09 de fevereiro de 2018, que prevê a instauração de processo administrativo que poderá ensejar na caducidade do Contrato de Concessão após a aprovação da relicitação. Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para tais riscos. A geração de caixa futura, a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado e o aporte de capital demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos na atual situação do Contrato de Concessão. **f) Operações com derivativos:** A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 operações com derivativos financeiros. **g) Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

### 27 Coberturas de seguros

A Companhia, por força do contrato de concessão, é obrigada a ter coberturas de seguros nas seguintes modalidades: **• Garantia de execução contratual** – tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Companhia perante o Poder Concedente, porém com a eficácia do 2º Termo Aditivo, a Concessionária está dispensada da prestação de garantia de execução contratual estabelecida pelo item 3.1.66 do Contrato de Concessão; **• Seguro de responsabilidade civil geral** – tem como objeto reembolsar a Companhia das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros; **• Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos** – tem como objetivo reembolsar a Companhia das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações; **• Seguro de riscos operacionais** – tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio da Companhia; **• Seguro de riscos de engenharia**

e **responsabilidade civil geral** – tem como objetivo garantir o interesse legítimo da Companhia até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros; e **• Seguro de responsabilidade civil de administradores – D&O** – tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	US\$ 500.000	25/05/2023 a 16/07/2024
Riscos operacionais	R\$ 1.477.255	25/05/2023 a 16/07/2024
Responsabilidade civil geral	R\$ 20.000	25/05/2023 a 16/07/2024
Responsabilidade civil de administradores – D&O	R\$ 75.000	27/09/2023 a 27/09/2024

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria da demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 28 Eventos subsequentes

**Repactuação Finep:** Em 19 de fevereiro de 2024, a controladora da Cia., ABSA e a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep repactuaram o saldo devedor da dívida da ABSA, que, após pagamentos parciais, deverá ser quitada em 31 de julho de 2025. **Repactuação do contrato de concessão:** Considerando o avanço do procedimento, Anac e ABV pactuaram, em 30 de janeiro de 2024, uma prorrogação, por mais 120 dias, da suspensão de todos os litígios envolvendo as partes. Em 08 de março, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União decidiu admitir a solicitação de solução consensual formulada pelo Ministério de Portos e Aeroportos para a reestruturação do contrato de concessão da Companhia. O processo foi encaminhado ao ministro do TCU Vital do Rêgo, que ratificou a admissibilidade da solicitação, em 15 de março, enviando o processo à Secex Consenso para a constituição da Comissão de Solução Consensual.

## Diretoria

**Gustavo Müssnich**  
Diretor Presidente

**Fábio Tosta Gadelha Souza**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Marco Antonio Beme**  
Diretor de Operações

**Maria Siau Fele Fan**  
Diretora Comercial

**Bruno Petrucci Oliveira – CRC SP 289.938/O-6**

## Contador

## Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias da Companhia e de acordo com disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Destinação do Resultado, documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da Controladora e Consolidada. Nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por esclarecimentos e informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos seus Auditores Independentes durante o exercício. Desta forma, tendo em conta ainda, o relatório dos auditores independentes sobre

as demonstrações financeiras, emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes em 22 de março de 2024, contendo parágrafo de ênfase de incerteza referente à continuidade operacional em decorrência do endividamento e sobre o processo de caducidade da concessão e ressalvas decorrentes de: a) não considerar o direito do credor de vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos, estabelecido em cláusulas contratuais, não reclassificando as parcelas do passivo não circulante para o passivo circulante e b) pela ausência de correção e recomposição do ajuste a valor presente da outorga fixa a pagar das parcelas a vencer de 2024 a 2042, pelo fato da Administração entender que está em

processo de discussão da outorga em decorrência do processo de relicitação. O Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem analisados e apreciados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, considerando as menções efetuadas pelos auditores. Campinas-SP, 22 de março de 2024.  
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto  
Bruno Shigeyoshi Oshiro  
Tomé Franca

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

**Aeroportos Brasil Viracopos S.A.** | Campinas-SP

**Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalvas: Descumprimento das obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a Companhia não reclassificou, para o passivo circulante, o montante de R\$ 1.513.893 mil em 31 de dezembro de 2023 registrado no passivo não circulante. A Companhia mantém empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e outras instituições financeiras repassadoras, que têm o direito de declarar o vencimento antecipado da dívida devido à Companhia ter deixado de cumprir cláusulas restritivas relativas à obrigatoriedade de cumprimento integral do contrato de concessão, sendo que a Companhia vem deixando de pagar as **Outorgas, conforme informado nas Notas Explicativas nos 1 e 16.** Desta forma, ainda que a Administração argumente que os financiadores têm tido uma postura colaborativa e não tenham a intenção de declarar o vencimento antecipado da dívida, por terem este direito desde 2017 e não o terem exercido, por terem conhecimento dos termos do Plano de Recuperação Judicial, que prevê o pagamento das outorgas mediante compensação com a indenização da relicitação, e por terem liberado recursos que lhes foram cedidos fiduciariamente para que a Companhia encerrasse a sua recuperação judicial em dezembro de 2020, o que justificaria a manutenção do financiamento no longo prazo, não há amparo nas normas contábeis para manutenção do referido passivo como não circulante, tendo em vista que existe um descumprimento contratual, onde os credores, pelo contrato consignado entre as partes, têm o direito de exigir o pagamento da integralidade dos referidos financiamentos nos próximos doze meses após a presente data. Consequentemente, como determinado pelo parágrafo 74 do CPC 26 R1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante individual e consolidado estão subavaliados no montante de R\$ 1.513.893 mil e o passivo não circulante individual e consolidado estão superavaliados no mesmo montante naquela data.

**Ausência de correção da outorga fixa a pagar:** Conforme Nota Explicativa nº 25, a Administração deixou de corrigir as outorgas fixas vencidas de 2024 a 2042 a valor presente, devido ao fato de a Companhia estar em regime de relicitação, previsto para ser concluído em 2025. A Companhia entende que não é adequado corrigir esse valor, uma vez que essas outorgas só serão devidas enquanto a Companhia permanecer operando o aeroporto. Entretanto, como o fato gerador da modificação contratual ainda não se concretizou e o contrato inicial de concessão permanecerá vigente até a efetiva transferência da operação do Aeroporto para o operador vencedor da relicitação, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que o total de outorga fixa vencida pactuado no contrato firmado entre as partes continue sendo atualizado a valor presente em cada data base. Desta forma, o passivo circulante e não circulante, individual e consolidado, bem como o prejuízo do exercício, estão subavaliados em R\$ 259.000 mil em 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, naquela data, o patrimônio líquido está registrado a maior pelo citado montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R\$ 2.620.341 mil na controladora e R\$ 2.622.631 mil no consolidado, decorrente de dívida com instituições financeiras, embora os pagamentos estejam sendo realizados dentro do cronograma previsto nos contratos. Há também, no passivo circulante, obrigações junto ao poder concedente em atraso e/ou não liquidadas nos seus vencimentos que, nos termos do encerramento do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, serão pagos mediante compensação com a indenização pelos investimentos feitos e não amortizados a que a Concessionária terá direito no processo de relicitação, que apresenta-se em processo de modificação, após o TCU e o Poder Público terem reconhecido a possibilidade de uma solução consensual através de acordo para permanência da Concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 947.587 mil (individual e consolidado) e se encontra em processo de relicitação, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos também descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

**Ênfase: Processo administrativo – caducidade da concessão:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), através do ofício datado de 2 de outubro de 2017, notificou a Companhia sobre a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar na caducidade da concessão, previsto pela Lei nº 8.987/95 e pelo Contrato de Concessão de Aeroportos nº 003/Anac/2012-SBPK. Tal processo administrativo foi suspenso em julho de 2020, quando ocorreu a qualificação da concessão no processo de relicitação, permanecendo desta forma enquanto durar o referido processo, por força do art. 14, § 3º, da Lei nº 13.448/17. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no segundo parágrafo da seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Exceto pelos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e **•** Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de março de 2024.

**Grant Thornton**

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP 028.281/O-4 F SP

**Élica Daniela da Silva Martins**  
Contadora CRC 1SP 223.766/O-0

